



Jornal FNE Edição 118 – Mar/12

Nesta edição, Engenheiro traz em matéria de capa um tema de importância vital para os profissionais e também para o conjunto da sociedade. As tragédias envolvendo desabamentos de edifícios nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e São Bernardo do Campo (SP) colocaram em questão a comum ausência de profissional habilitado em reformas, situação que não pode ser tolerada. É preciso que haja fiscalização eficaz para proteger a sociedade de riscos dessa magnitude. Além disso, destaca-se o debate em torno da necessidade de legislação que garanta inspeção periódica dos edifícios.

Em artigo, o professor Marco Aurélio Cabral Pinto discute as concessões aeroportuárias promovidas pelo governo federal. Na entrevista do mês, o analista político e consultor sindical João Guilherme Vargas Netto fala sobre o bom momento do movimento dos trabalhadores. Ele destaca o papel dos engenheiros e do conjunto dos profissionais de formação universitária na ação unitária que se desenha.

Ainda em debate o desenvolvimento do tablet brasileiro. Desafiado a criar o produto, o professor Hélio Guerra, responsável pelo primeiro computador nacional, garante ser possível, mas considera mais importante popularizar o uso do equipamento.

Em C&T, os chamados sistemas de recomendação, tecnologia que identifica interesses dos internautas e propicia a oferta de produtos, serviços e conteúdos. Em uso corrente, estimulam o comércio, mas podem representar invasão de privacidade.

E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

Começamos a gestão à frente do Crea-RR (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima) ávidos por implantar as mudanças necessárias e o programa de trabalho, assim como por cumprir os compromissos de campanha firmados com os profissionais e com as entidades de classe. Já na primeira semana, reunimo-nos com os funcionários e presidentes de sindicatos e associações para discutir as questões de grande relevância do conselho, tais como o quadro financeiro, econômico e administrativo deixado pela gestão passada, que, de forma desastrosa, nos legou uma dívida que passa de R\$ 1 milhão, restos a pagar comprometendo o ano de 2012, poupança zerada e folha de pagamento onerosa. Além disso, as metas administrativas e financeiras assumidas junto ao Confea (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia) não foram cumpridas e não há recursos para alcançá-las.

Somam-se a essas dificuldades as advindas da Lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que fixou os valores máximos das taxas e anuidades de todos os conselhos profissionais do País, aprovou as Resoluções nos 528 e 529, que definem respectivamente os valores das anuidades de pessoas físicas e jurídicas para o exercício 2012, bem como a Resolução nº 530, que fixa os valores da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Tais regras, que não aprovamos e com as quais não concordamos, afetam imediatamente a administração dos conselhos regionais, em especial daqueles de menor porte, como é o caso do Crea-RR.

Diante desse quadro, assumimos um conselho mergulhado num mar de problemas e dívidas, mas com a perspectiva de mudanças através de trabalho e dedicação. Arregaçamos as mangas e, com competência, união e participação dos funcionários e das entidades, após levar a situação ao conhecimento dos profissionais e das empresas, tomamos as providências necessárias para cortar gastos e recuperar receita.

Primordial para enfrentar as dificuldades foi o trabalho motivacional realizado junto aos funcionários, que responderam de forma louvável, abraçando a gestão. Tal disposição pode ser notada claramente pela melhoria do atendimento.

Contudo, ainda esbarramos em limitações por termos a mais baixa arrecadação do País e o menor quadro funcional. A situação é preocupante, pois o aumento nas taxas das anuidades gera a inadimplência, e a redução nos valores das ARTs compromete a saúde financeira do conselho ao longo do ano.

Para continuar a enfrentar e superar essas dificuldades, teremos o apoio da Diretoria, das câmaras e grupos de trabalho, compostos por quadros altamente qualificados, oriundos das quatro entidades de classe com representação no conselho. Contamos, assim, com a experiência e o apoio do Senge-RR, do Sintec (Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de Roraima), da Area (Associação de Engenheiros e Arquitetos) e da AEA (Associação dos Engenheiros Agrônomos).

Muitos são os desafios, enfrentaremos todos com garra e determinação. Mãos à obra por um Crea novo.

Marcos Camoeriras – Presidente do Crea e do Senge Roraima

ECONOMIA

A “privatização” dos aeroportos brasileiros tem despertado debate público farto em comparações históricas, muitas dessas com acusações de repetição de erros incorridos no período político anterior (1992-2002). No entanto, o papel desempenhado pelas privatizações na era da “globalização”, experimentado no Brasil entre 1992 e 2002, é inteiramente distinto do papel ocupado no ciclo atual (2003-2014).

Não custa lembrar que os anos 80 e 90 foram marcados pela ocupação, pelas elites financeiras internacionais, do núcleo de poder nos principais estados centrais (pioneiramente nos EUA e na Inglaterra, seguidos por Japão, Alemanha e demais países sob a área de influência dólar-euro-iene). À época, homens de negócio e analistas concordavam que havia capacidade instalada industrial em excesso no mundo, tornando-se necessária consolidação na forma de fusões e aquisições.

A privatização de ativos públicos foi percebida à época como a ponta do iceberg que criou, durante quase 20 anos, valor bursátil em detrimento de crescimento econômico e emprego. Os mercados de capitais foram elevados à condição, ao mesmo tempo, de oráculo e de instância de promoção da igualdade, liberdade e fraternidade.

Ao final dos anos 80, o Brasil foi re-admitido nos mercados internacionais para dívida pública, fechados desde a moratória decretada em 1986. A então celebrada renegociação da dívida externa apresentou duas características principais: (i) alongamento dos créditos, reduzindo-se impacto relativo sobre balanços de pagamentos; e (ii) transformação de créditos podres bancários por títulos emitidos em mercados de capitais. A partir daí, qualquer ação de Estado que contrariasse “consensos de mercados” resultava invariavelmente em dificuldades para rolagem das dívidas públicas.

Ou seja, uma armadilha financeira tecida durante os anos 90 como contrapartida à entrada de volumosos recursos para bolsas de valores, animada pelas incertezas dos leilões de privatização. Foi nesse contexto que se realizaram as principais reformas de Estado à época: Lei de Responsabilidade Fiscal, regime de metas para superávit fiscal, bandas inflacionárias etc.

Em síntese, a privatização nos anos 80 e 90 se inseriu como parte de contexto mais geral em que poucos se beneficiaram em detrimento de muitos. Em tal contexto, as elites anglo-saxônicas elegeram a agenda de privatizações como parte de estratégia mais ampla de desmontagem dos estados de bem-estar social ou desenvolvimentistas em todo o mundo. Estados, que, na tese neoliberal, são compulsivamente gastadores e inevitavelmente corruptos. Portanto, a privatização no Brasil, durante o período entre 1992 e 2002, correspondeu a se fazer o “dever de casa” de implantação de agenda de acumulação em linha com os interesses financeiros internacionais.

O ciclo 2003-2014

A superação dessa armadilha financeira resultou no que conhecemos como período de transição (2003-2010). Nesse, tornou-se possível, pela via das exportações e em decorrência

do crescimento asiático, superar a dependência do investimento direto estrangeiro de curto prazo. Contribuiu para isso novo momentum, com aumentos crescentes da liquidez em dólares e consequente motivação para expansão do crédito pelos bancos.

Foi ainda possível retomar-se investimento industrial no Brasil em decorrência de estratégia de recomposição de renda (salário mínimo) e emprego (construção civil), bem como de mecanismos de transferência para a base da sociedade (bolsa-família). O resultado dessas políticas foi percebido em 2008, quando o Brasil obteve desempenho extraordinário frente aos primeiros eventos adversos da crise financeira internacional.

A privatização dos aeroportos brasileiros, realizada em fevereiro último, parece saída encontrada frente à urgência para realização dos grandes eventos esportivos no País. Como tal, não parece elemento essencial da estratégia brasileira na atualidade. Com isso, lança-se mão dos lucros e riscos privados como motor para compartilhamento da gestão de obras com interesse público. Por outro lado, a ampliação da infraestrutura aeroportuária brasileira obedece à lógica de integração de porções do território que historicamente permaneceram relativamente isoladas, principalmente médias cidades espalhadas pelo vasto território nacional.

Nesse quesito, espera-se que os significativos recursos arrecadados sejam utilizados para construção ou modernização de aeroportos com menor fluxo relativo de cargas/passageiros, garantindo-se ampliação sistêmica em ritmo maior que a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária) poderia realizar no atual regime fiscal.

Marco Aurélio Cabral Pinto – Professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) e colaborador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”

CRESCER BRASIL

Um grupo eminentemente formado por acadêmicos tem se reunido para discutir o desenvolvimento do tablet no País. O desafio de se fabricar o equipamento no Brasil para atender aos 70 milhões de alunos da rede pública foi lançado pelo então ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, ao ser agraciado pelo Seesp na área de Valorização profissional com o prêmio Personalidade da Tecnologia 2011 em 11 de dezembro de 2011 – Dia do Engenheiro. Agora à frente da Educação, o ministro carregou consigo a ambição de levar o tablet às escolas. Segundo tem afirmado em entrevistas, o equipamento começará a ser distribuído no segundo semestre a quase 600 mil professores do ensino médio. Serão priorizadas cerca de 59 mil instituições que já contam com internet banda larga.

O professor Hélio Guerra, presidente do Conselho Curador da FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia), um dos que foram desafiados na ocasião, conta

que a ideia foi “comprada” pelo sucessor de Mercadante no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, a quem foram apresentadas a proposta e as visões a respeito pelo grupo de acadêmicos no dia 9 de fevereiro, em Brasília. “Por enquanto as discussões estão num estágio bem preliminar. Tem várias tendências: uma é não dar tanto valor ao hardware, porque esse virou commodity, não teria inovação tecnológica. A outra é investir na produção de software, que pode ser feito aqui ou adaptado.” Na sua concepção, poder-se-ia, nesse caso, utilizar o sistema estadunidense android, que precisaria ser subcontratado. Guerra citou que o Cesar (Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife) já está atuando nessa linha. “Você pode pôr mais gente trabalhando para algumas aplicações necessárias, por exemplo, nas áreas de medicina e gestão de empresas.” O que poderia representar avanços tecnológicos. Opção ainda é utilizar software livre.

No caso do hardware, conforme o professor, seria possível fazê-lo em seis meses. “Tem competência para isso, fizemos coisa muito mais complicada numa época em que isso era tabu (na década de 70, ele participou do desenvolvimento do primeiro computador brasileiro, o Patinho Feio, na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo). O problema é fazer com qualidade e em quantidade. Se essa escala se limitar ao Brasil, não vai ser suficiente para baixar o preço. O País tem que fazer para competir no mundo. Daí terá um pouco de sentido. Temos que vender na China!” Diretor da área de informática da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Hugo Valério acredita que não há como disputar fora do Brasil. “Há capacidade intelectual, e acho válido o desafio (feito pelo ministro). Mas é preciso criar condições de competitividade, escala, capacitação, exportação.” Nesse sentido, na sua concepção, é mister conter desindustrialização em curso e resolver a questão do custo-País. “Alguns componentes brasileiros acabam custando mais caro do que os importados”, reclama. Para consumo interno, ele afirma que também seria necessário tratamento diferenciado, em relação ao produto estrangeiro, com benefícios fiscais. Aprovada no Senado em setembro último e sancionada pela Presidenta da República no mês seguinte, a Medida Provisória nº 534/11 vai nesse sentido. Entre outras medidas, prevê isenção do PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para tablets produzidos no País.

Capacitar professores

Conforme Guerra, contudo, mais importante do que desenvolver o tablet brasileiro é popularizar seu uso em âmbito nacional, contribuindo para a inclusão digital. Embora haja evolução nesse sentido – pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2009 mostra que, no ano, número de cidadãos a partir dos dez anos que acessaram internet foi de 67,9 milhões, mais que o dobro em comparação a 2005 –, ainda há muito o que avançar. Para tanto, na sua análise, é fundamental iniciar pelo treinamento de docentes em todo o País. “Digitalizar 70 milhões de estudantes seria ótimo, mas é evidente que não começa pelo desenvolvimento de um hardware e de seu software básico. Eu ficaria muito contente se o governo soltasse um programa para capacitar professores de primeiro grau no uso do computador.” Além disso, é fundamental integrar as políticas. “Tem que ser uma coisa

coordenada. É preciso ter também internet e uma banda larga razoável”, atesta Guerra. (Soraya Misleh)

SEGURANÇA

A suspeita de que, por trás de recentes quedas de prédios no País, encontram-se mudanças nas estruturas, provavelmente durante reformas, aponta para a necessidade de profissionais habilitados a cuidar dessas obras e da manutenção das construções. O tema precisa ser levantado urgentemente. Em 15 dias, caíram três prédios no Rio de Janeiro (em 25 de janeiro último) e parte de um edifício em São Bernardo do Campo, na região do ABC paulista (6 de fevereiro).

A presença de um projeto e de engenheiro civil especialista, com registro no Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), deve ser garantida mesmo que não esteja prevista alteração estrutural. Essa é a opinião de Maria Cascão, professora-doutora do Departamento de Estruturas da Escola Politécnica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Isso porque “o que pode parecer um simples furo para passagem de um duto, quando feito em um elemento estrutural, pode levar ao colapso da edificação”. Ainda de acordo com ela, é importante que, após as alterações, proprietários de imóveis guardem as plantas para consultas em futuras intervenções.

O engenheiro deve acompanhar também a manutenção nos edifícios. Legislação que obrigue a vistorias técnicas periódicas é tema em pauta. Maria Cascão diz desconhecer sua existência em âmbito nacional. O que há, segundo ela, são normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que recomendam essas inspeções. Nos dois estados em que houve desabamentos – Rio de Janeiro e São Paulo –, a lacuna legal está na pauta. Assim como no Ceará, em que minuta de projeto foi apresentada pelo Senge e o Crea. Na capital paulista, proposta que prevê “check up” das edificações, de autoria do vereador Domingos Dissei (PFL), foi aprovada em 2006 e vetada pelo prefeito Gilberto Kassab. Agora, esse recomendou à Câmara Municipal a derrubada de sua restrição, o que deve ser votado pelo plenário em breve. Todavia, o PL destina-se a edificações acima de 500 metros quadrados e exclui unidades residenciais isoladas – o que, para Daniel Mariani Guirarde, engenheiro civil e pesquisador do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), deveria estar contemplado. Além disso, abre a possibilidade de que laudo seja feito também por arquitetos, quando o aspecto estrutural tem que necessariamente ser visto por engenheiros.

Na cidade maravilhosa, Maria Cascão conta que o acidente mobilizou os profissionais da categoria. Assim, “o Clube de Engenharia encaminhou à Câmara Municipal do Rio de Janeiro projeto de lei propondo a obrigatoriedade de ‘Certificação de Inspeção Predial’ para as edificações locais”. Diferentemente da proposta de Dissei, essa inclui residências e deixa claro

que as vistorias devem considerar também elementos estruturais e ser feitas por engenheiros com registro no Crea. Em ambos os casos, a previsão é de inspeções a cada cinco anos.

Atenção e cuidados nas construções

Na concepção de Guirarde, um caminho para se prevenir acidentes é o síndico e os vizinhos ficarem atentos se está havendo alguma dessas adequações no condomínio. Em caso afirmativo, devem observar se a reforma está registrada junto aos órgãos devidos e tem acompanhamento de profissional habilitado. Para tanto, também se faz necessária legislação eficiente, a qual obrigue essa comunicação ao administrador ou síndico. É o que pensa o consultor Carlos Monte, coordenador do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – lançado pela FNE em 2006 e atualizado em 2009, que defende a duplicação do número de formados em engenharia, hoje em cerca de 40 mil. Na sua visão, ter regras claras nesse sentido é indispensável em casos em que haja alteração de carga ou distribuição interna ou ainda ampliação na construção.

De olho nisso, o engenheiro pode por exemplo impedir sobrecarga indevida. Cascão explicita que “um carregamento além dos níveis previstos em projeto pode levar ao colapso estrutural”. O que, como ilustra, pode decorrer de armazenamento de material ou entulho, além de peso excessivo de livros, arquivos, entre outros. Guirarde destaca que há regulamentação que define esses limites. O problema é que nem sempre as normas são observadas.

Diante disso, o síndico, acrescenta Celso Atienza, vice-presidente do Seesp e presidente da Andest (Associação Nacional dos Docentes dos Cursos de Engenharia de Segurança do Trabalho), deve exigir a presença de profissional habilitado, já que não existe fiscalização de reformas em prédios, por exemplo. “A Prefeitura o faz ‘no grosso’.” Ele explica que muitos imóveis novos têm paredes estruturais, as quais não podem ser removidas, porque funcionam como sustentação. Segundo exemplifica, é normal o morador fazer adequações, já que geralmente não é dado pela construtora o acabamento devido. E não é incomum vê-lo retirar uma parede para fazer uma cozinha americana, o que pode colocar em risco toda a construção. “É essencial contratar os profissionais corretos, que vão saber indicar o que pode ou não ser mexido”, enfatiza.

Basta consultar cidadãos que recentemente efetuaram adequações em suas construções para entender que a prática ainda está longe de ser a ideal. Muitas vezes, o que se observa é o leigo atuando na obra. Além de fiscalização deficitária, falta orientação ao pessoal dos condomínios e conscientização. Isso se aplica também à conservação das edificações. O que não significa somente pintar para encobrir o problema, mas, como ensina Maria Cascão, pensar na “fundamental manutenção de suas estruturas”. (Soraya Misleh)

SINDICAL

CE

Senge e Crea propõem PL que regulamenta a inspeção predial

Devido aos desastres envolvendo desabamentos de prédios no Rio de Janeiro e São Paulo, foram discutidas as condições dos edifícios na capital do estado. No dia 16 de fevereiro último, o Senge-CE, em parceria com a Câmara Municipal de Fortaleza e o Crea-CE (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará), juntaram-se à Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura do município, o Secovi (Sindicato da Habitação do Ceará) e a Câmara de Dirigentes Lojistas para debater a minuta proposta pelo Senge e o Crea do projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de vistoria técnica, manutenção preventiva e periódica das edificações e equipamentos públicos e privados no domínio do município – leia matéria sobre o tema nesta edição . A minuta exige que proprietários, gestores ou responsáveis legais por edificações tenham a obrigação de contratar laudos de vistoria técnica para definir as medidas que serão tomadas preventiva e corretivamente. O objetivo é avaliar periodicamente os parâmetros da segurança nos edifícios da cidade como forma de evitar tragédias. A presidente do Senge, Thereza Neumann Santos de Freitas, na ocasião, falou sobre os benefícios que a proposta trará à cidade, que atualmente não conta com esse tipo de vistoria. “Nosso objetivo é conseguir que os prédios de Fortaleza passem a apresentar condições de uso e tempo de vida útil prolongada.”

MA

Posse administrativa da nova diretoria

Ocorreu no dia 10 de fevereiro último a posse administrativa da nova direção do Senge Maranhão, na sede da entidade. A solene será no dia 20 de abril e contará com a presença do presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, autoridades e profissionais da engenharia. Berilo Macedo da Silva, que comandará o sindicato no triênio 2012-2015, na ocasião agradeceu a confiança da categoria, comprometeu-se em dar continuidade às conquistas das últimas gestões e assumiu novos compromissos com os profissionais no mandato que se inicia. Integram a executiva Carlos Augusto Vieira (vice-presidente); Maria de Fátima Santos e Maria Raimunda de Oliveira (diretora e vice-diretora de Finanças); Denis Sodré Campos e Denilson de Sousa (secretário e vice-secretário); Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, Antonio Augusto Ribeiro de Araújo e Nelson Cavalcanti (suplentes). No Conselho Fiscal, estão Irandi Marques Leite, Ademir Silva Andrade Cunha e Sandro Fernandes Abreu (titulares); Jorge Fernando Gondim Silva, Luiz Roberto Lima e José Murilo Pereira da Silva (suplentes). São delegados representantes na FNE Agenor Jaguar e Berilo Macedo da Silva (titulares) e Clenilson Novaes Gonçalves dos Santos e José Ribamar da Fonseca (suplentes).

Curso de formação para conselheiros do Crea

Promovida pelo Senge Maranhão de 7 a 9 de fevereiro último, em sua sede, a formação teve o objetivo de orientar os conselheiros quanto ao exercício do cargo como representantes do sindicato nas sessões plenárias, câmaras especializadas, comissões permanentes e membro de diretoria do Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). Para Fernando Beckman, conselheiro de Engenharia de Segurança do Trabalho, “aprender o estatuto é importante para argumentar quanto às propostas apresentadas na plenária do Crea”. A engenheira Maria Raimunda de Oliveira, da modalidade civil, afirma que o curso contribuiu para esclarecer dúvidas sobre como atuar na plenária. “Eu já participei de plenárias, mas não tinha muito conhecimento. Agora vou entrar mais forte.” “Quando assumi esse cargo, senti essa deficiência. A partir de agora, vamos atuar de forma diferenciada para melhorar o debate”, atesta o presidente do Senge-MA, Berilo Macedo da Silva.

GO

Engenharia contribui com acessibilidade em Goiânia

Foi pensando na inclusão social e em seu próprio benefício, pois sofreu um acidente ainda jovem e ficou dependente de uma cadeira de rodas, que o engenheiro Augusto Cardoso, especialista em acessibilidade, decidiu dedicar-se a oferecer melhor qualidade de vida aos cadeirantes, idosos, grávidas e demais pessoas que sofrem limitações físicas. Entre os trabalhos destinados a facilitar a vida dos cidadãos, está a Calçada Consciente, implantada em alguns locais de Goiânia com grande aceitação da população. Essa apresenta solução sustentável, eficiente e de baixo custo aos problemas de acessibilidade, permeabilidade do solo, arborização e mobiliário urbano. Além disso, informa ele, pode ser ampliada com adesão de construtoras através de parceria público-privada entre empresas e a administração local. “Com esse novo conceito, criamos um incentivo para que a iniciativa privada possa incorporar em seu projeto a calçada da quadra de seu empreendimento ou de outro local, a critério da Prefeitura.”

PI

PCCS em desacordo com as categorias

O projeto de lei encaminhado pelo Governo do Piauí e aprovado pelos deputados estaduais no final de dezembro de 2011 cria o PCCS (Plano de Cargos, Carreira e Salários) aos engenheiros e arquitetos servidores estaduais. A notícia deveria ser motivo de comemoração, não fosse o fato de estar em total desacordo com o que é reivindicado pelos profissionais. Segundo o presidente do Senge Piauí, Antônio Florentino de Souza Filho, pela proposta, a partir de 2014, o salário inicial para engenheiros e arquitetos estatutários seria de R\$ 2 mil. Contudo, o valor defendido por toda a categoria e pelo Senge é o piso fixado para o setor privado pela Lei Federal nº 4.950-A/66, de seis salários mínimos para jornada de seis horas. Esse está sendo cumprido pela Prefeitura Municipal de Teresina desde janeiro de 2012, após negociações entre

o município, o Senge e os profissionais. “Essa proposta em nenhum momento foi apresentada ao Senge e não tem nosso consentimento”, critica Florentino. Ele defende uma reformulação imediata do projeto aprovado na Assembleia Legislativa para que se faça um PCCS em acordo com o sindicato e as categorias.

ENTREVISTA

Acompanhando há décadas a luta e a organização dos trabalhadores, o analista e consultor político João Guilherme Vargas Netto aponta o atual momento como bastante positivo para esse que é o principal movimento social brasileiro. Em entrevista ao Engenheiro, ele falou sobre as batalhas que têm sido travadas para se garantir avanços salariais e sociais. Vargas Netto destaca ainda o papel dos engenheiros e do conjunto da mão de obra qualificada que se organiza na CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) nessa empreitada.

Qual a conjuntura atual do movimento sindical?

A conjuntura econômica e social brasileira continua positiva, apesar das dificuldades lá fora. No País, a grande tarefa da sociedade, dos trabalhadores e do movimento sindical é fazer com que a crise não nos atinja e, ao enfrentarmos as pressões negativas eventualmente criadas por ela, conseguir introduzir elementos de projetos de médio e longo prazo. O movimento atravessa uma fase em que essa preocupação de enfrentar e criar alternativas mais duradouras começa a tomar pé. Uma primeira tarefa que foi bem resolvida e que ajuda de maneira extremamente forte o movimento a persistir é a vitória prática e ideológica no campo dos aumentos reais de salários. Além de conseguir o forte reajuste do mínimo, que tem peso quase incomensurável na economia do trabalho no Brasil, manteve ganhos salariais reais fortes em todas as grandes categorias. Hoje, os adversários do salário estão com a viola no saco. Essa é uma fase boa, em que o movimento atua com seu caráter positivo.

Como está se dando o enfrentamento da crise?

O movimento sindical procura enfrentar aquilo que analisa como grandes desequilíbrios no quadro positivo. O primeiro que identifica é o juro alto, que provoca de maneira generalizada, exceto para o rentista, situações adversas aos interesses do crescimento econômico e do desenvolvimento social com distribuição de renda. O movimento tem se unido contra os juros altos e tem obtido, em concordância com a área econômica do governo, quedas continuadas da taxa selic, que ainda merecem ser aceleradas. Outra situação de desequilíbrio é a

resistência de setores patronais a se adaptarem a tudo aquilo que chamamos de trabalho decente. Nesse aspecto, um grande exemplo é o esforço que foi feito pelo movimento sindical para regularizar e garantir os direitos dos trabalhadores nas grandes obras de construção civil. Há um ano, houve verdadeiras explosões sociais de milhares de trabalhadores. O movimento sindical, que num primeiro momento foi até surpreendido pela violência das manifestações, soube recuperar as suas posições e conseguiu junto ao governo e empresários o estabelecimento de protocolos que garantissem o respeito aos direitos desses operários. Vale destacar que isso tem se dado à base da resistência continuada nos setores em que há a tentação da exploração desenfreada. Outro desequilíbrio é o que, associado ao juro alto, põe em perigo o setor industrial. Esse tema é controverso. Temos no Brasil situações de desindustrialização setorialmente localizadas e outras em que há industrialização. No entanto, como fenômeno mais geral, a desindustrialização aponta numa direção negativa. Não adianta pensar no problema atual, é preciso encontrar alternativas para médio e longo prazo.

Isso demonstra que está mantida a unidade do movimento?

No esforço de enfrentar os juros, os destratos patronais e a desindustrialização, o movimento sindical tem, com inteligência, procurado reconstruir a sua dinâmica unitária, construída na Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora, realizada em junho de 2010, em São Paulo) . Este ano teremos em São Paulo, na Praça Campos de Bagatelle, o 1º de maio que será o mais unificado possível. Concomitantemente, está programada uma série de manifestações em vários estados com o tema da luta contra a desindustrialização. Essas estão sendo organizadas de comum acordo com setores empresariais e devem ajudar também na reconstrução da unidade do movimento.

E como está a pauta trabalhista no Congresso Nacional?

Nesse aspecto, temos tido dificuldades. Os grandes temas, como redução da jornada, controle e eliminação da terceirização, fim do fator previdenciário não têm tido o desenvolvimento compatível com as necessidades do movimento.

Nesse quadro, qual é o papel do movimento sindical dos engenheiros?

Avulta o papel exigido do movimento sindical dos engenheiros. Isso por três razões fundantes. Em primeiro lugar, o movimento é maduro suficientemente para ter a sua estratégia própria. O grande exemplo nacional que nos orgulha é o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” , lançado em 2006 pela FNE. Depois, os engenheiros no Brasil são parte integrante do movimento sindical com naturalidade, as grandes negociações são também atributo da categoria, que tem relação com o conjunto do movimento. Por fim, há um elemento de necessidade. Por exemplo, como uma das formas de enfrentar a desindustrialização, foram criados conselhos de competitividade e comissões setoriais, que discutirão os temas específicos de diversas áreas e subáreas da economia. Que dirigente

sindical, levando em conta a necessidade de constituição de 30 comissões, não exigirá a presença dos engenheiros nesse processo?

E isso vale para o conjunto dos profissionais ligados à CNTU?

O grande tema atraente é o Brasil Inteligente (campanha lançada pela confederação em 2011). Temos que enfrentar a crise com medidas de curto prazo e construir o longo prazo. Para tanto, há consenso sobre o que se chama de qualificação produtivista, que significa inovação, mas também formação, qualificação. Essas profissões da formulação, do pensamento estão todas convocadas e são participantes inegáveis de um processo como esse. Seja no momento curto prazo, quando se enfrenta a pisada no pé, seja no do planejamento do passo, o conjunto de pensamento, experiência e ação sindical dos profissionais de formação universitária é essencial. (Rita Casaro)

C&T

Qualquer pessoa que já tenha desfrutado da comodidade que a internet proporciona através das lojas virtuais já se deparou com ofertas de itens de interesse no site em que está navegando. Longe de ser aleatório, esse tipo de seleção é feito por sistemas de recomendação, tecnologia que monitora a navegação dos internautas e identifica automaticamente perfis e interesses para oferecer conteúdos personalizados como notícias, produtos e serviços.

Conforme explica Anisio Mendes Lacerda, diretor de Tecnologia da Zunnit Technologies, empresa que comercializa o sistema de recomendação Z-Engine, esse trata-se de um software que auxilia os internautas a encontrarem itens interessantes, dado um grande número de escolhas possíveis. “No dia a dia, as pessoas baseiam-se na opinião de outras para escolher qual filme assistir, qual livro comprar ou qual destino escolher para viajar nas férias. O objetivo desses sistemas é automatizar esse processo, ajudando usuários a fazer a melhor escolha possível de acordo com as suas necessidades”, detalha.

Lacerda conta que o sistema é baseado em algoritmos que permitem conhecer o perfil do usuário, como sexo, localização, entre outras informações, para identificar qual seria o melhor produto para indicá-lo. Na prática, o Z-Engine instala um código no site do seu cliente, que pode ser uma loja virtual ou um portal de conteúdo. Através de robôs (programas de computador especializados), o sistema separa com precisão conteúdos digitais relevantes de outros não tão importantes para cada perfil identificado. “Hoje a nossa plataforma de e-commerce é capaz de suportar milhares de clientes e retornar recomendações de qualidade em poucos milissegundos”, assegura.

Entre as vantagens, a facilidade ao internauta e o aumento nas vendas dos sites de e-commerce e no tempo de visitação de portais de conteúdo. “O sistema de recomendação de maior sucesso é o da Amazon.com, que, indicando produtos no portal da empresa, conseguiu aumentar suas vendas em 35%. Outros casos de sucesso são o Netflix, com 67% dos filmes alugados a partir de recomendações, Google News, com ganho de 38% na taxa de cliques, e o YouTube, com aumento de 60% nas de visualizações de vídeos”, informa.

Onde mora o perigo

Para Ruy José de Queiroz, professor associado do Centro de Informática da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), a internet é um grande instrumento para conectar e aproximar as pessoas e ajuda a criar um mundo melhor, mais plural e democrático. No entanto, observa que alguns indícios levam a suspeitar de que no momento a realidade pode ser bem diferente. “Os anúncios que nos são exibidos, assim como os resultados de busca que obtemos na rede e até mesmo as notícias veiculadas nos portais jornalísticos estão cada vez mais baseados em critérios automatizados de seleção que estão personalizando o que chega até cada um de nós, e o mais grave é que não conhecemos, nem sequer somos alertados sobre os critérios adotados”, critica.

Na opinião de Gil Giardelli, professor de MBA e pós-graduação da ESPM (Escola Superior de Propaganda e Marketing) e diretor executivo da Gaia Creative, do ponto de vista das empresas, esses sistemas refletem a evolução da tecnologia nos dias de hoje, tornando a internet mais inteligente e a experiência do usuário mais personalizada e humana. Por outro lado, avalia, esse tipo de software recolhe informações de uma experiência totalmente pessoal. “Mesmo que as empresas que utilizam o sistema não considerem uma invasão de privacidade, cabe ao usuário considerar ou não. Como já vimos acontecer com o Facebook, sabemos que é isso que ocorrerá”, diz Giardelli.

André Lemos, professor da Faculdade de Comunicação da UFBA (Universidade Federal da Bahia), aponta que um dos problemas que pode ser gerado pelos sistemas de controle e vigilância eletrônicos é que os usuários não têm consciência, na maioria dos casos, de que seus dados estão sendo coletados e que podem ficar “ativos” na rede por muito tempo. “Essas informações são fonte de riqueza que pode fazer dos internautas reféns dos sistemas através dos perfis médios gerados. Nesse sentido, precisamos definir uma proteção legal para que os cidadãos possam tomar conhecimento de como é feita a obtenção dos seus dados, onde e como são utilizados, além, é claro, de ter o direito de autorizar ou não essa captura e de pedir a qualquer momento o apagamento de tais informações. Sistemas de recomendação são úteis e atuam nessa fronteira tênue entre conhecer para ajudar ou para monitorar para outros fins”, opina.

Ainda segundo ele, o software pode ser considerado uma invasão de privacidade e quebra do anonimato se o usuário não é informado sobre o que está acontecendo. “Esses são os pilares da democracia e sustentam o estado de direito. Acho que não podemos abdicar desses dois

princípios básicos em nome de sistemas informacionais sobre os quais não temos o menor controle. A vida social passa hoje pela captura de dados. Devemos, assim, garantir a existência de uma vida privada e o direito ao anonimato na sociedade da informação”, defende. (Lucélia Barbosa)